

Auxílio emergencial: Benefício aumentou consumo em municípios mais pobres (Atualizada)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Estudo do Banco Central mostra gasto maior com supermercado e farmácias nas regiões Norte e Nordeste



O consumo no setor de supermercados se manteve acima dos níveis pré-pandemia Foto: Ana Branco / Agência O Globo

BRASÍLIA — O auxílio emergencial aumentou o consumo das famílias em municípios mais pobres, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com o restante do país. A conclusão está em um estudo feito pelo Banco Central (BC), publicado nesta quarta-feira.

Segundo o BC, quanto menor a renda do município, maior o consumo de bens e serviços essenciais, como em supermercados e farmácias, que representam uma maior parcela no padrão de gastos dos moradores. Com os R\$ 600 do auxílio, pago desde abril, os cidadãos aumentaram o consumo desses produtos.

O estudo fez uma comparação do consumo entre as três primeiras semanas de julho e a média do período entre 4 de fevereiro e 16 de março, período anterior à crise. A região Norte apresentou nível de consumo 37% superior, seguido do Nordeste e do Centro-Oeste, com crescimento de 16%. Sudeste e Sul registraram alta de 2% e 1%, respectivamente.

O maior crescimento do consumo nos municípios mais pobres aconteceu em todas as regiões, mas foi mais acentuada no Norte e Nordeste.

“Os municípios mais pobres estão proporcionalmente mais presentes nessas duas regiões e é possível que eles tenham tido menores reduções de consumo no início do agravamento da pandemia da Covid-19 no país, por terem em suas cestas parcela maior de bens e serviços essenciais ou por terem sido atingidos mais tardiamente pela epidemia. Ademais, os municípios dos quartis mais pobres foram mais favorecidos pelo auxílio emergencial, contribuindo para retomada mais expressiva do consumo”.

Atividades econômicas

Na comparação entre as atividades econômicas, os setores de supermercados e farmácia foram os únicos que mantiveram o consumo acima do observado no período pré-pandemia.

“Esses segmentos, inclusive, tiveram aumento expressivo nas vendas antes do início das medidas mais restritivas de isolamento social no final de março, em parte, refletindo comportamento prudencial e mudança no perfil de consumo”.

Já os setores mais afetados foram o de consumo de vestuário e calçados, alojamento e alimentação e cabeleireiros.

“Em julho tais segmentos ainda se encontravam, em nível nacional, 28%, 46% e 20%, abaixo do patamar pré-pandemia respectivamente. O mesmo padrão é observado na maioria das regiões”.

Auxílio e popularidade

Os dados apresentados pelo BC conversam com outras pesquisas já feitas sobre o tema, como um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado na última terça-feira, que apontou que o auxílio emergencial foi a única renda da população mais pobre durante a pandemia. Em junho, entre os 10% mais pobres, o benefício voltado para informais correspondeu a 97,2% de toda a renda domiciliar per capita.

O principal motivo do auxílio é dar segurança econômica às famílias de menor renda em meio à pandemia, mas o assunto também passa pela política. A popularidade do presidente Jair Bolsonaro aumentou nos últimos meses, atingindo a melhor avaliação desde o início do mandato.

A região Nordeste registrou a maior queda de rejeição, caindo de 52% para 35% entre junho e agosto. A avaliação positiva subiu de 27% para 33%, mas ainda é a mais baixa entre as regiões do país.

A continuidade do auxílio emergencial está em discussão entre o governo e o Congresso. Líderes de partidos defendem mais uma parcela de R\$ 600 e outras R\$ 300 até o fim do ano.

Já auxiliares de Guedes citam a possibilidade de prorrogar o benefício, mas em valor menor, entre R\$ 200 a R\$ até o fim do ano, enquanto se desenha uma transição para o Renda Brasil, programa social do governo Bolsonaro que vai substituir o Bolsa Família.

No estudo, o Banco Central ressalta que a participação dos municípios mais pobres no consumo total do país é reduzida, indicado que a retomada econômica precisa acontecer também nas outras regiões.

“Uma recuperação mais vigorosa da economia nacional pode depender do retorno mais amplo da oferta de bens e serviços e do consumo da população dos municípios de renda mais alta, que pode ter aumentado a poupança precaucional nesse período de incertezas e recuo da confiança”.